



**MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 300 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - www.turismo.gov.br

Ofício nº 370/2020/GM

Brasília, 14 de abril de 2020.

À Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
70150-900 - Brasília-DF

Assunto: **Resposta ao Requerimento de Informação nº 215/2020 - Deputado Federal Alexandre Padilha.**
Referência: Processo nº 72031.002158/2020-10

Senhora Primeira-Secretária,

1. Cumprimentando-a cordialmente, faço referência ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1098/20, de 17 de março de 2020, que trata do Requerimento de Informação nº 215/2020, do Deputado Federal Alexandre Padilha - PT/SP, no qual requer informações sobre os critérios de escolha de projetos para a cultura.
2. Sobre o assunto, encaminho, em anexo, o Ofício nº 467/2020/PRES/FCRB (SEI nº 0512995), de 1º de abril de 2020, pelo qual a Secretaria Especial da Cultura responde a este Ministério os questionamentos tratados no requerimento acima mencionado, bem como apresenta a Nota Técnica nº 13/2020/SECULT (SEI nº 0512997), que discorre sobre os procedimentos realizados para apresentação de propostas, homologação de projeto, execução, fiscalização e avaliação de resultados, realizado por meio da plataforma das Leis de Incentivo à Cultura (Salic), mecanismo de demanda espontânea em que são avaliados critérios eminentemente técnicos, em aderência à Lei *Rouanet*.
3. Por oportuno, coloco a equipe técnica deste Ministério à disposição dessa Casa, a fim de dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ser encontrada.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

Ministro de Estado do Turismo



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Henrique Teixeira Dias, Ministro de Estado**, em 13/04/2020, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0515527** e o código CRC **E35B4396**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.002158/2020-10

SEI nº 0515527



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

NOTA TÉCNICA Nº 13/2020

PROCESSO Nº 72031.002158/2020-10

INTERESSADO: SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, ASSESSORIA PARLAMENTAR (ASPAR)

1. **ASSUNTO**

1.1. Requerimento de Informação nº 215/2020 - Deputado Alexandre Padilha - PT/SP.

2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

2.1. Trata-se do Ofício Circular nº 48/2020/SECULT/GAB/MC (SEI 7221827) por meio do qual o Gabinete da Secretaria Especial da Cultura encaminha o Requerimento de Informação nº 215/2020, de autoria do Deputado Federal Alexandre Padilha (PT/SP) - recebido nesta Secretaria Especial por meio do Ofício nº 30/2020/ASPAR/GM, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Turismo -, o qual requer informações referentes à entrevista concedida pela Secretária Especial da Cultura ao Programa Fantástico, da TV Rede Globo, divulgada no dia 8 de março último, conforme abaixo:

Dessa forma, solicito subsídios para resposta aos questionamentos abaixo, em relação às ações em desenvolvimento por essa Secretaria/ entidade vinculada, em alinhamento às estratégias definidas pela nova gestão desta Secretaria Especial:

Quais os critérios utilizados pela Secretaria Especial de Cultura para incentivo a produção de filmes e artes em geral?

Quais os critérios estabelecidos para se determinar quais "minorias" serão excluídas de financiamento público em produções culturais? E, com base em que lei ou dispositivo constitucional, são elas excluídas do acesso a recurso público, de acordo com o entendimento defendido pela Secretaria Especial de Cultura em entrevista recente?

A presente Nota Técnica apresentará os subsídios para compor a manifestação da Pasta ao Excelentíssimo Deputado no que tange o mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais estabelecido pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) instituído pela Lei nº 8.313, de 1991.

3. **ANÁLISE**

3.1. O incentivo fiscal, disciplinado pela Lei nº 8.313, de 1991 (Lei de Incentivo à Cultura), é um mecanismo por meio do qual a União faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio direto a projetos culturais ou em contribuições ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Os proponentes são responsáveis por realizar a captação de recursos junto às pessoas físicas e jurídicas. Uma porcentagem do valor incentivado poderá ser objeto de renúncia fiscal no ano seguinte ao do patrocínio ou doação.

3.2. O proponente, ao incluir sua proposta no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo Cultura (SALIC), preenche seus dados e as informações do projeto em campos padronizados do SALIC, criados sob a égide dos normativos acima elencados, tais como período e local de realização, acessibilidade, democratização do acesso, etapa de trabalho, ficha técnica, sinopse da obra, impacto ambiental, especificações técnicas do produto, certidões negativas, plano de distribuição, plano de divulgação, entre outros.

3.3. Após o envio da proposta de projeto via SALIC, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) e a Secretaria do Audiovisual (SAV) realizam a análise de admissibilidade, composta pelas seguintes etapas:

Instrução Normativa nº 2/2019:

Art. 23. As propostas culturais apresentadas no Salic passarão por análise de admissibilidade, composta pelas seguintes etapas:

I - exame preliminar de admissibilidade da proposta, sendo arquivada pelo Ministério da Cidadania a proposta que:

- a) contrarie qualquer regulamentação relativa ao uso do incentivo fiscal;
- b) tenha objeto e cronograma similar a proposta ou projeto ativo do mesmo proponente; e
- c) apresente as mesmas características que levaram ao indeferimento de proposta ou projeto similares apresentados nos últimos 12 (doze) meses, ainda que por proponente diverso.

II - análise das informações da proposta cultural, abrangendo a verificação:

- a) da definição do enquadramento do projeto, segundo o Anexo IV; e
- b) quanto à previsão das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das ações formativas culturais, considerando as características do projeto cultural. [...]

3.4. Na análise de admissibilidade também é verificado o efetivo funcionamento da empresa, a partir da inclusão no SALIC de diversos documentos pelo proponente como o comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ; e a cópia atualizada do Estatuto Social, Contrato Social, Certificado de Microempreendedor Individual ou Requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição.

3.5. A análise de admissibilidade é realizada por técnicos da Secretaria Especial da Cultura (SECULT) e passa pelas seguintes instâncias: Coordenação de Admissibilidade, Coordenação de Aprovação, Coordenação-Geral de Admissibilidade e Aprovação, Departamento de Fomento Indireto (DFIND/SEFIC) e pelo Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura. Em caso de dúvidas com relação à natureza cultural do projeto ou enquadramento da proposta, ainda nessa fase, poderá a SECULT consultar as unidades vinculadas e/ou a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

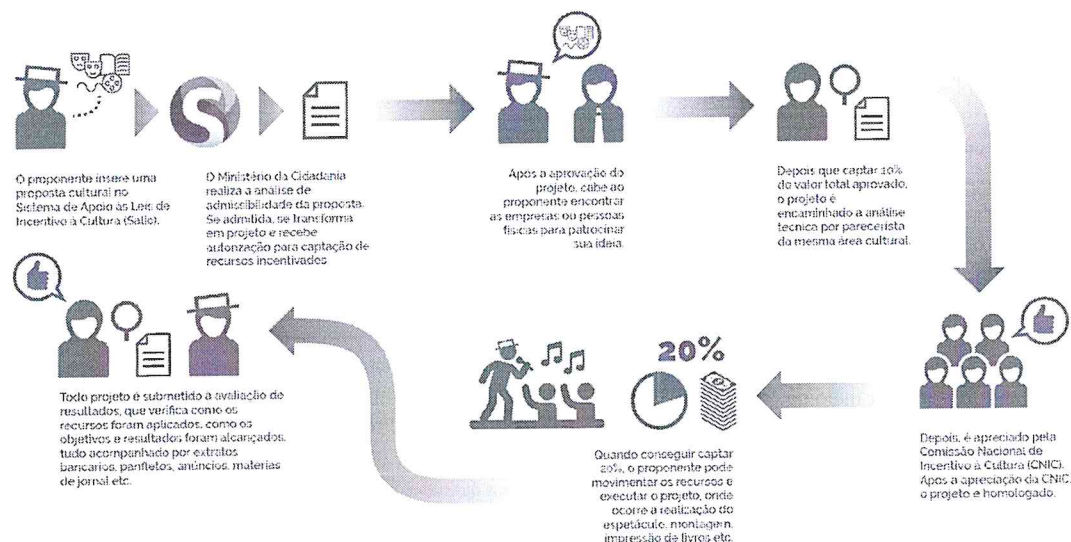
3.6. Destaca-se que os projetos apresentados pelos mecanismos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) não podem ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural (Lei 8.313, de 1991, art. 22).

3.7. Após o exame de admissibilidade, a proposta será enquadrada nos arts. 18 ou 26 da Lei nº 8.313, de 1991 e a captação poderá ser iniciada imediatamente após a fase de admissibilidade, tão logo seja publicada a Portaria de Autorização para Captação de Recursos

Incentivados no Diário Oficial da União. Após a captação mínima de 10% (dez por cento) do valor autorizado, o proponente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, adequar o projeto à realidade de execução, conforme fluxo abaixo, e o projeto será encaminhado para análise técnica.

O caminho do incentivo

Confira o passo a passo percorrido por um projeto cultural, da aprovação à prestação de contas:



3.8. São encaminhados para a análise técnica, sem necessidade de captação prévia, os projetos de proteção do patrimônio tombado e de acervos, os museológicos e memória, de planos anuais e plurianuais de atividades, de manutenção de corpos estáveis, de equipamentos culturais, os aprovados em editais públicos ou privados com termo de parceria, ou os que possuam contratos de patrocínios ou termo de compromisso de patrocínio, que garantam o alcance do percentual previsto no caput ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador.

3.9. Nas unidades de análise técnica são emitidos os pareceres técnicos que abordam os itens indicados na Instrução Normativa nº 2, de 2019, a adequação, a necessidade e a proporcionalidade de cada componente do produto cultural, bem como os custos. Os pareceristas são técnicos credenciados por meio de edital para exercer atividade de análise e emissão de parecer técnico sobre projetos culturais. O edital exige domínio da legislação aplicada aos mecanismos de incentivo fiscal, no âmbito do Ministério e suas Vinculadas, bem como conhecimento de gestão cultural e comprovação de experiência de ao menos dois anos na área cultural.

3.10. Após a emissão do parecer técnico o projeto é encaminhado para a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que homologa sua execução. A CNIC é um colegiado de assessoramento formado por representantes dos setores artísticos, culturais e empresariais, sociedade civil e poder público. A Comissão analisa projetos culturais, inclusive sob seus aspectos orçamentários, podendo para tanto solicitar informações adicionais, diligenciando o proponente, emitindo parecer quanto a aprovação, total ou parcial, ou rejeição do projeto cultural.

3.11. A decisão final quanto à homologação do projeto cabe originalmente ao Ministro de Estado da Cidadania. Atualmente, vigora delegação da referida competência ao Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura.

4. CONCLUSÃO

4.1. Em relação ao pedido de informação do Excelentíssimo Senhor Deputado Alexandre Padilha quanto a "Quais os critérios utilizados pela Secretaria Especial de Cultura para incentivo a produção de filmes e artes em geral?", conclui-se que o mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais estabelecido pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei nº 8.313, de 1991, possui seus critérios de admissibilidade e aprovação definidos pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313, de 1991), pelo Decreto 5.761, de 2006 e pela Instrução Normativa nº 2, de 2019, os quais foram descritos no corpo da presente Nota Técnica. Destaca-se que todos os projetos que cumpram os requisitos presentes nos normativos são homologados para captar recursos.

4.2. Quanto ao questionamento "Quais os critérios estabelecidos para se determinar quais "minorias" serão excluídas do financiamento público em produções culturais? E, com base em que lei ou dispositivo constitucional, são elas excluídas do acesso a recurso público, de acordo com o entendimento defendido pela Secretaria Especial de Cultura em entrevista recente?", todos os projetos que cumpram os requisitos presentes nos normativos são homologados para captar recursos inexistindo qualquer apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural (Lei 8.313, de 1991, art. 22).

4.3. São estes os subsídios desta Secretaria para compor manifestação da Pasta ao demandante.

À consideração superior,

(assinado eletronicamente)
CAROLINNE MACHADO LOPES
Chefe de Gabinete-Substituta

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO

De acordo.

Encaminhe-se à Secretaria Especial da Cultura para compor manifestação ao órgão demandante.



Documento assinado eletronicamente por Carolinne Machado Lopes, Chefe de Gabinete, Substituto(a), em 24/03/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.

02/04/2020

SEI/MC - 7251027 - Nota Técnica



Documento assinado eletronicamente por **Odecir Luiz Prata da Costa, Secretário(a) de Fomento e Incentivo à Cultura, Substituto(a)**, em 24/03/2020, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **7251027** e o código CRC **A4E77880**.

ANEXO

Referência: Processo nº 72031.002158/2020-10

SEI nº 7251027



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
Gabinete da Secretaria Especial da Cultura

OFÍCIO Nº 467/2020/SECULT/GAB/MC

Brasília, 01 de abril de 2020.

À Senhora
LIA NOLETO DE QUEIROZ RACHID GARIFF
Assessora Especial
Assessoria Parlamentar do Ministério do Turismo
aspar@turismo.gov.br

Assunto: Requerimento de Informação nº 215/2020 - Deputado Alexandre Padilha (PT/SP).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.002158/2020-10.

Senhora Assessora Especial,

Em atenção ao Ofício nº 30/2020/ASPAR/GM, que trata do Requerimento de Informação nº 215, de 2020, de autoria do Deputado Alexandre Padilha (PT/SP), recebido nesta Secretaria Especial da Cultura, por meio do Ofício nº 30/2020/ASPAR/GM, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Turismo, o qual requer informações referentes à entrevista concedida pela Secretária Especial da Cultura ao Programa Fantástico, da TV Rede Globo, divulgada no dia 8 de março último, informo que tendo em vista o escopo dos questionamentos apresentados pelo Deputado Federal, foram consultadas as unidades finalísticas e Entidades Vinculadas. Assim, considerando os elementos apresentados, seguem as informações requestadas:

Quais os critérios utilizados pela Secretaria Especial de Cultura para incentivo a produção de filmes e artes em geral?

O apoio a projetos audiovisuais ocorre por meio de mecanismos de fomentos estabelecidos por meio da legislação, quais sejam:

- I - Seleção Pública - Editais de Premiação e de Fomento;
- II - Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União; e
- III - Renúncia Fiscal pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet).

Os recursos para apoio a projetos culturais são provenientes de fontes distintas a depender do objeto e do beneficiário. Podendo ser originários do Fundo Nacional da Cultura (FNC), do Fundo Setorial do Audiovisual, da Renúncia Fiscal e do próprio orçamento da Secretaria Especial da Cultura.

No caso do FNC, os projetos poderão ser inscritos quando da indicação do programa ou ação específica no Portal de Convênios (Siconv), viabilizando o atendimento à emendas parlamentares e projetos singulares, ou poderão ser inscritos mediante atendimento a chamamento público feito por editais, todos submetidos à apreciação da Comissão do Fundo Nacional de Cultura (CFNC).

No caso do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), os Editais são submetidos à aprovação do Comitê Gestor do FSA, levando-se em consideração o Plano Anual de Investimento (PAI). Tanto no caso do FNC quanto do FSA ou de recurso desta Secretaria, os Editais são elaborados pelas secretarias finalísticas a partir de demanda da sociedade e/ou a partir de sugestão dos técnicos e gestores, por meio de análise do panorama do setor audiovisual que indicam quais segmentos necessitam ou devem ser apoiados de modo a influenciar o desenvolvimento da base e do mercado audiovisual.

Em relação às Emendas Parlamentares, essas são originárias da sensibilização de parlamentares ao setor audiovisual, os quais são apresentadas por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que posteriormente decorre na celebração do instrumento de repasse com a instituição que executará o projeto cultural pactuado.

Por fim, cabe destacar que os recursos empregados para a produção audiovisual obedecem aos princípios contidos na legislação de referência e na Constituição Federal.

Quais os critérios estabelecidos para se determinar quais "minorias" serão excluídas de financiamento público em produções culturais? E, com base em que lei ou dispositivo constitucional, são elas excluídas do acesso a recurso público, de acordo com o entendimento defendido pela Secretaria Especial de Cultura em entrevista recente?

As ações apoiadas pela Secretaria Especial da Cultura são selecionadas por meio de editais, chamamento público, abertos a todos os segmentos culturais que contemplem também ações realizadas em regiões de vulnerabilidade social.

No que diz respeito ao mecanismo incentivo fiscal de projetos culturais, é importante observar o disposto na Nota Técnica nº 13 (7251027) que discorre sobre os procedimentos realizados para apresentação de propostas, homologação de projeto, execução, fiscalização e avaliação de resultados, realizado por meio da plataforma das Leis de Incentivos à Cultura (Salic), mecanismo de demanda espontânea em que são avaliados critérios eminentemente técnicos, em aderência à Lei Rouanet.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

PEDRO HORTA

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro José Vilar Godoy Horta, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial da Cultura**, em 02/04/2020, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **7331854** e o código CRC **CE97FECF**.